

Universidade e reforma

Muniz Sodré

Os discursos críticos da educação universitária no Brasil têm-se ressentido de uma cautelosa pausa para reflexão sobre o significado hoje do ato de ensinar. Atribui-se como que uma "natureza" (algo eterno e essencial) ao processo pedagógico e, sobre esse pressuposto congelado, constróem-se modelos de democratização do saber, reivindicam-se tecnologias de transmissão, postulam-se universidades.

Como no *Gorgias*, de Platão — que contém os fundamentos da educação no Ocidente, apresentando a *paideia* como a soma da felicidade humana — acena-se hoje com um supremo bem educativo, mas sem o *pathos* platônico nem a convicção de bom conhecimento do "bem" que se apregoa.

A questão educacional tem, certo, graus diferentes de complexidade, segundo os níveis de abordagem. No caso da Universidade, porém, depara-se de saída com um problema básico: a separação quase radical entre a vida ativa (do ponto de vista das relações de trabalho) e vida acadêmica.

Trata-se de um grande problema. De fato, nenhuma instituição escolar é moralmente neutra. Ela é um lugar de hierarquização social e de disciplinamento de crianças e adultos, seja a serviço da produção econômica, seja em benefício das ordenações político-sociais. A relação pedagógica, a qualidade do ensino são variáveis dependentes de estados históricos do Poder.

Ora, pode acontecer que, em determinados momentos, o Poder simplesmente prescindia da qualidade de ensino, pelo menos de um certo ensino. No Brasil de antigamente — até a década de 60 —, quando os políticos traçavam com relativa autonomia as grandes linhas da vi-

da social, a educação acadêmica reinava, soberana, sobre a formação das elites e dos quadros dirigentes. Conta-se que a Universidade do Brasil foi inaugurada às pressas no Rio, então capital federal, só para dar a um visitante ilustre, o rei da Bélgica, a prova civilizatória das elites locais. A ação social "esclarecida" pressupunha um certo nível de formação escolar humanista.

Hoje, numa sociedade que tende a ser orientada por *managers*, é preciso considerar a informação em geral — e não apenas a educação *stricto sensu* — como principal elemento a ser convertido em ação, isto é, a se tornar processo de decisão. Novos tipos de saber-poder (*marketing*, planejamento, computação, técnicas de dinâmica urbana, etc.) permeiam a sociedade moderna sem a liderança da escola. Ao mesmo tempo, as relações tradicionais no interior das instituições pedagógicas, enquanto aparelhos disciplinares, estão sendo bastante abaladas pelos modernos dispositivos audiovisuais, a famosa "escola paralela", anunciada por teóricos como Mac Luhan.

Isto não implica aceitar as profecias milenaristas de "fim da escola". Mas faz abrir os olhos para o fato de que o sistema da produção e do consumo, sob o influxo da tecnologia e da ciência dos países mais desenvolvidos, determina cada vez mais as linhas de formação dos recursos humanos, conseqüentemente da educação em suas diversas formas. E também chama a atenção para o fato de que soluções educacionais específicas (nacionais) para situações particulares representam insumos econômicos e políticos imprescindíveis. O campo da informação e da cultura — onde tecnologia avançada já integra a produção de idéias — é hoje avaliado como o mais dinâmico da sociedade ocidental.

As nossas reformas educacionais, principalmente as universitárias, vivem de traslados de respostas dadas por países ricos a questões específicas de seus mercados de trabalho. As ciências exatas e a

tecnologia adaptam *know-how* externo; as ciências sociais e humanas censuram os valores culturais autóctones. E uma das conseqüências do "traslado" de formas é a perda do vigor que as dinamiza nas sociedades de origem. Veja-se o exemplo da nossa ciência econômica oficial: ainda se alimenta de um discurso teórico, típico da ideologia desenvolvimentista dos anos 50, com ênfase no progresso econômico puro e simples.

Do ponto de vista de organização dos campos do saber, as instituições permanecem defasadas, presas ao modelo universitário de Humboldt, que preconiza o isolamento de cada ciência em compartimentos estanques — as unidades docentes sem intercomunicação na tarefa de investigação e de ensino. A interdisciplinaridade só existe em nível especulativo, nas cabeças de pensadores dispersos.

Enquanto isso, na "vida ativa", um banal satélite de exploração de recursos naturais (Earth Resources Technology Satellite) da NASA transmite dados que dizem respeito ao mesmo tempo à geografia, cartografia, mineralogia, agronomia, demografia, meteorologia, etc. A análise dos dados é um trabalho transdisciplinar, sem barreiras acadêmicas à intercomunicação dos saberes: uma verdadeira prática universitária *extramuros*.

Em resumo, educação não é apenas questão de *verba*, mas também de *verbo*, ou seja, de redefinição prática e teórica da relação pedagógica à luz da problemática contemporânea do saber, de reorganização do espaço universitário (com abertura para o extra-universitário), de experimentação de discursos. Abrindo-se, através da reforma, para as novas perspectivas da "contabilização" do real, é provável que a Universidade deixe de se converter em usina de desempregados não contabilizados.

*Muniz Sodré é professor universitário (UFRJ), jornalista e escritor.